

## PARECER/2021/164

### I. Pedido

1. A Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural solicitou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPDP) a emissão de parecer sobre o Projeto de Portaria que «Regulamenta o registo dos profissionais da área da cultura».
2. A CNPDP emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, a alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º e n.º 4 do artigo 36.º, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD.
3. O pedido vem instruído com o relatório relativo à avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD).

### II. Análise

4. A CNPDP entende começar por destacar que o presente pedido foi enviado em 24 de dezembro de 2021, para emissão de pronúncia até dia 29 de dezembro do presente ano.
5. Ainda que se compreenda a necessidade ou conveniência de publicação do regulamento até 31 de dezembro, não deixa de se notar que a utilidade da consulta prévia à CNPDP, legalmente exigida em sede de procedimento de aprovação de regulamentos administrativos que prevejam ou incidam sobre tratamentos de dados pessoais, depende de se reconhecer o tempo suficiente a esta entidade para analisar as normas jurídicas e a AIPD que acompanha – tempo esse que, nos termos do n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º do Código do Procedimento Administrativo, é no mínimo de 10 dias (úteis) –, e de tempo suficiente para o autor do projeto regulamentar ponderar as recomendações contidas no parecer, sob pena de se ter tal consulta como uma mera formalidade vazia de qualquer conteúdo substancial.
6. Esta chamada de atenção serve aqui para explicar que a CNPDP se limita a assinalar pouco mais do que os aspetos que manifestamente merecem alteração no projeto de portaria, sem cuidar de analisar com mais detalhe a AIPD e, sobretudo, sem haver oportunidade para solicitar esclarecimentos sobre alguns elementos do tratamento de dados que nesse documento não são explicitados.

7. Assim, o projeto de portaria vem regulamentar o registo dos profissionais da área da cultura (RPAC) previsto no Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura (doravante, Estatuto), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2021, de 29 de novembro, sobre o qual a CNPD não foi consultada.

8. No n.º 4 do artigo 9.º do projeto de portaria prevê-se que «A inscrição no RPAC carece de aceitação expressa das respetivas condições de utilização». Apesar de a CNPD não ter conhecimento de tais condições – pelo que, quanto a estas, apenas recorda aqui a necessidade de que as mesmas cumpram os princípios e regras previstos no RGPD –, importa esclarecer que o fundamento de licitude do tratamento de dados pessoais associado ao RPAC se encontra na lei e na obrigação nela prevista da sua criação (em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD). Por essa razão, não faz sentido referir aqui a aceitação expressa das condições de utilização do RPAC, menos ainda fazer depender a inscrição de tal aceitação.

9. Com efeito, ainda que, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto, a inscrição no RPAC seja facultativa, o n.º 1 do mesmo artigo impõe a criação do RPAC e, portanto, dele resulta a obrigação de realização dos tratamentos de dados pessoais necessários à sua criação e funcionamento. O que tem de ser assegurada é a prestação de informação sobre o tratamento dos dados pessoais aos profissionais interessados na inscrição – sendo certo que no relatório da AIPD se refere que essa informação é prestada, e quando muito garantir-se prova de que tal informação foi dada a conhecer.

10. Deste modo, porque o fundamento do tratamento de dados pessoais que resulta da inscrição no RPAC não depende do consentimento do titular dos dados, antes se baseando em obrigação legal para o responsável pelo tratamento, a CNPD recomenda a eliminação do n.º 4 do artigo 9.º do projeto de portaria.

11. No que diz respeito ao n.º 1 do artigo 10.º, ainda que não seja explicitado em que consiste a verificação eletrónica das informações, admite-se que os meios a utilizar para o efeito sejam os referidos nos artigos 13.º e 14.º do projeto.

12. Quanto ao n.º 1 do artigo 13.º do projeto, sobre a possibilidade de solicitar informações ou pareceres a certas entidades, cabe lembrar que para a autorização expressa do titular dos dados só é juridicamente relevante para legitimar o acesso ou a consulta de tais dados pessoais se essa autorização for emitida de forma livre (cf. alínea 11) do artigo 4.º do RGPD); por outras palavras, deve ser garantido que eventual não autorização, pelo profissional, para obtenção de informações ou pareceres junto de terceiros não prejudica, *per se*, a inscrição no RPAC.

13. Quanto ao n.º 1 do artigo 14.º do projeto, admite-se haver algum equívoco na indicação do «n.º 2 do artigo 4.º-A da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, na sua redação atual.». Este preceito legal refere o seguinte: «*Os cidadãos titulares de cartão de cidadão ou CMD podem, através de autenticação segura, obter dados constantes*

das bases de dados de organismos da Administração Pública a disponibilizar no *autenticação.gov*». E no artigo 14.º do projeto de portaria está em causa a troca de informações entre o sistema de suporte do RPAC, a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social, pelo que não se alcança o sentido exato daquela norma regulamentar.

14. A não ser que aqui se queira prever a possibilidade de o cidadão diretamente extrair das bases de dados da AT e da Segurança Social os dados pessoais necessários à inscrição no RPAC e o submeter neste sistema de informação, caso em que não parece justificado falar-se em «troca de informações» (na epígrafe do artigo 14.º) ou em «troca de dados» (no n.º 1 do artigo 14.º), devendo antes explicitar-se essa possibilidade, porventura por remissão (também) para o n.º 3 do artigo 4.º-A da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho.

15. Ainda quanto ao artigo 14.º do projeto de portaria, agora para assinalar que no n.º 2 não basta prever a possibilidade de utilização de «*outros meios de transmissão eletrónica de dados*», devendo exigir-se a adoção de medidas de segurança adequadas quando sejam utilizados outros meios de transmissão eletrónica de dados pessoais.

16. A propósito do artigo 15.º do projeto de portaria, aproveita-se para recordar que, uma vez que o projeto de portaria (e a AIPD) é omissivo quanto a alguns aspetos do tratamento de dados pessoais, desde logo não explicitando as condições de utilização do RPAC e não explicitando por que via são comunicados os dados pessoais no âmbito do artigo 13.º e no âmbito da segunda parte do n.º 1 do artigo 14.º, os protocolos a que se refere o artigo 15.º devem ser submetidos a consulta prévia da CNPD, com o tempo adequado à sua apreciação.

17. Finalmente, uma nota quanto ao relatório da AIPD, para assinalar não ter ficado esclarecido se os *cookies* aí referidos são apenas os «essenciais» ou se também há *cookies* não essenciais (uma vez que nos pontos a estes referidos não há menção de “não aplicável”), caso em que o utilizador tem de ser informado sobre a sua existência e finalidade e a sua ativação tem de depender do consentimento do utilizador.


### III. Conclusão

18. Com os fundamentos acima expostos, a CNPD recomenda:

- a. a eliminação do n.º 4 do artigo 9.º do projeto de portaria;
- b. a revisão da epígrafe e do n.º 1 do artigo 14.º do projeto de portaria, nos termos assinalados supra, no ponto 14;

- c. a alteração do n.º 2 do artigo 14.º, acrescentando-se a exigência de adoção de medidas de segurança adequadas.

Lisboa, 30 de dezembro de 2021



Filipa Calvão (Presidente, que relatou)